

Moradores da Lagoinha e Conjunto IAPI pedem soluções para criminalidade na região

Assunto:

SEGURANÇA PÚBLICA

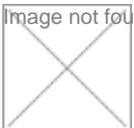


Delegado Edson Moreira e Pedro Patrus debateram questão com representantes do poder público e moradores

A presença de moradores de rua, usuários de drogas e o aumento da criminalidade no Bairro Lagoinha, Conjunto IAPI e adjacências foram debatidos nesta quinta-feira (7/11) na Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor. Requerida pelo Delegado Edson Moreira (PTN), a audiência pública teve o objetivo de avaliar a situação e buscar soluções para seu enfrentamento. O vereador propôs encaminhamentos direcionados a órgãos municipais, estaduais e federais, solicitando esclarecimentos e cobrando ações concretas.

Antes de passar a condução da reunião ao requerente, o presidente da Comissão, Elvis Côrtes (SDD), e o integrante Pedro Patrus (PT) reconheceram a urgência da questão e puseram a Comissão à disposição para aprovação dos encaminhamentos. Patrus ressaltou aos participantes que a complexidade da questão exige uma abordagem integrada, envolvendo os setores de saúde, educação e assistência social, e não apenas policial. Ele citou o aporte de mais de R\$ 4 bilhões ao programa federal que integra os ministérios da Saúde, Justiça, Desenvolvimento Social, entre outros, e a emenda apresentada por ele ao PPAG prevendo o aumento do número de Centros de Referência em Saúde Mental ? Álcool e Drogas (Cersam-AD) para o encaminhamento de dependentes químicos do município.

Image not found or type unknown



Além de defender um maior diálogo com a sociedade na elaboração de políticas públicas sobre a

questão, Patrus alertou aos presentes para uma possível ?armadilha? da Prefeitura, que poderá condicionar a

requalificação daquela área à construção do Centro Administrativo. ?A região da Lagoinha deve ser preservada e revitalizada por suas características históricas e culturais?, defendeu o parlamentar.

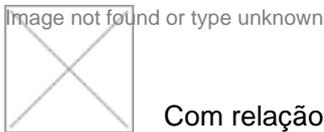
Assumindo a presidência, o Delegado Edson Moreira exibiu slides com dados referentes a 2012 e 2013, que apontam o aumento da criminalidade em Minas Gerais, especialmente o tráfico de drogas e os latrocínios, em escala superior ao restante do país. Afirmando que os números não refletem a realidade, devido à subnotificação, ele destacou a dependência química como principal causa da violência, já que os usuários são levados a cometer crimes para adquirir a substância.

Moreira apontou ainda a falta de efetivo, recursos e tecnologia para que a polícia possa cumprir efetivamente seu papel, afirmando que o investimento de R\$ 7,5 bilhões do governo estadual no setor em 2012 não impediu o crescimento dos índices de criminalidade. Moreira pediu maior apoio do governo federal, mais investimentos em educação e programas voltados para crianças e adolescentes e a revisão da legislação, que não estaria condizente com as atuais circunstâncias e demandas da sociedade brasileira.

Moradores intimidados

Os presidentes das associações Lagoinha Viva e Moradores do IAPI, Tereza Vergueiro e Juninho, e a síndica de um dos prédios do condomínio, Ângela Iracema, relataram os transtornos enfrentados pelos moradores com a presença constante de traficantes e consumidores de drogas nas imediações, além do número crescente de moradores de rua que ?acampam? em lotes vagos, ruas e praças da região, cometendo furtos e roubos, além de brigas, cenas de nudez e sexo, barulho e muita sujeira no local.

De acordo com eles, a região sempre conviveu com moradores de rua, mas atualmente o uso do crack e o porte de armas brancas os tornaram mais perigosos e ameaçadores, impedindo o direito de ir e vir dos cidadãos que pagam seus impostos. Ressaltando a ineficácia dos programas da Prefeitura e a falta de diálogo com a comunidade, Tereza sugeriu a capacitação de agentes públicos e lideranças da sociedade civil, além da realização de fóruns com a participação de todos os atores envolvidos.



Com relação ao IAPI, o líder da Associação defendeu o fechamento do condomínio, assegurando que, ao

contrário do que foi informado por carta aos moradores pela vereadora Elaine Matozinhos (PTB), está devidamente respaldado pela legislação. Segundo o líder comunitário, a presença de equipamentos públicos como escola, praça e igreja não impede que haja controle de acesso à área interna do condomínio e restrição total no período noturno.

A medida também foi defendida pelo presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública, Márcio Emiliano, que pediu ainda a implantação, prometida pela Prefeitura, de um centro cultural no imóvel onde funcionava a extinta Beprem, no Bairro Bonfim, atualmente ocupado por moradores de rua, além do conserto e instalação de câmeras de monitoramento. O conselheiro também solicitou atenção do Ministério Público à ocupação de calçadas e praças por essas pessoas, que instalam barracas, móveis e fogões nos espaços públicos.

Acolhimento e tratamento

Assim como os líderes comunitários, representantes das polícias Militar e Civil entendem que a necessidade de atuação da polícia reflete as falhas nos setores que deveriam prevenir o problema, por meio de políticas públicas de educação, saúde, inclusão e assistência social. Assim como os moradores, os policiais também defenderam a requalificação da região, citando exemplos como a Lapa, no Rio de Janeiro, que resgatou sua atratividade turística e cultural.

Segundo o tenente Cássio Luiz Oliveira e o major Rogério Lisboa, que atuam na região, a maior parte dos usuários de todas as classes sociais que vagam pelas ruas não são criminosos, e sim doentes. Afirmando que a região registra uma das menores taxas de crimes violentos da capital, eles destacaram a necessidade de ações e políticas viáveis e eficazes

na área da saúde, como o acolhimento e tratamento dos dependentes em instituições adequadas, que não têm sido devidamente ofertadas pelo poder público.

As colocações foram reforçadas pelos delegados Wagner Pinto de Souza, chefe do Departamento de Homicídios e Proteção a Pessoas, e Daniel Amâncio, da 4ª DPC Nordeste, que também defenderam a maior repressão ao tráfico de drogas. Queixando-se das limitações impostas ao trabalho da polícia, Souza contou que quase foi processado, em 2009, ao tentar catalogar os usuários e verificar seu possível envolvimento com o tráfico, e pediu maior colaboração da sociedade na questão.

Para a juíza de Direito do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA/BH), Valéria Rodrigues, políticas voltadas à prevenção são fundamentais, mas é preciso que os usuários sejam detidos. Para ela, além de cumprir a lei, a medida permite melhor avaliação do uso de drogas no município. Ela sugeriu a simplificação de procedimentos para que os policiais não se sintam desestimulados a conduzir o usuário à delegacia, mesmo sabendo que ele será liberado.

Valéria criticou o encaminhamento de menores aos programas educacionais e ao atendimento médico-psicológico somente após a judicialização, ou seja, só conseguem tratamento após cometer ato infracional, e questionou o aumento do número de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e dos Cersam-AD, que não oferecem o atendimento adequado, e defendeu a internação involuntária (solicitada pela família) ou compulsória (solicitada pelo juiz) como forma de garantir o afastamento do menor de situações de risco para si ou para terceiros.

Em relação à proibição de recolhimento de pertences de moradores de rua, uma das principais queixas dos participantes, ela esclareceu que a medida resultou de uma ação popular, decorrente da forma truculenta como vinham sendo feitas as abordagens, em que eram tomados até mesmo documentos dos moradores de rua. Criticando a substituição da assistência social pelo assistencialismo, a juíza defendeu o cadastramento, acolhimento e encaminhamento dessas pessoas, no lugar de simplesmente "varrê-las" das ruas, e o fim dos critérios político-partidários na definição das ações e de seus executores.

Por fim, a magistrada pediu mais empenho de todos os setores no combate ao tráfico de armas, um dos maiores agravantes da criminalidade do país.

Encaminhamentos

Acolhendo sugestões da juíza Valéria Rodrigues, o Delegado Edson Moreira irá encaminhar, por meio da Comissão, ofícios à Polícia Civil solicitando integração do judiciário nas operações da corporação, e pedindo esclarecimentos à Subsecretaria Nacional Antidrogas (SEMAD) se os recursos arrecadados do tráfico de drogas estão sendo efetivamente repassados ao Estado e, caso estejam, qual tem sido o destino desses investimentos.

À Prefeitura, o parlamentar irá solicitar a utilização da Guarda Municipal, devidamente armada e preparada, no policiamento ostensivo da capital, tema de projeto de lei de sua autoria. Além disso, o vereador vai solicitar a atenção da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de MG, Ministério da Justiça e Congresso Nacional sobre o problema do tráfico de armas e drogas e à necessidade de rever a legislação penal do país.

Assista [aqui](#) à reunião na íntegra.

Superintendência de Comunicação Institucional

Data publicação:

Quinta-Feira, 7 Novembro, 2013 - 00:00
